



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

**HABEAS CORPUS Nº 0312978-0**

**PROCESSO DE 1º GRAU Nº 012092-06.2013.8.17.0810**

**COMARCA** : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Júlio Montini Júnior  
**PACIENTES** : Sivanildo Alves da Silva e Odair Moreira da Silva  
**PROCURADORA** : Dra. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Desa. Alderita Ramos de Oliveira  
**RELATOR** : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz  
**SUBSTITUTO** : Convocado

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO CONVERTIDA EM PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA DEMONSTRADA. ELEVADA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA EM PODER DOS PACIENTES. EXCESSO DE PRAZO. NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Afigura-se fundamentada a decisão que, ainda que sucinta, decreta a prisão preventiva dos pacientes ressaltando a necessidade de garantia da ordem pública, mormente diante da elevada quantidade de droga apreendida em poder deles, circunstância esta que demonstra, à toda evidência, a dedicação deles à atividade ilícita e maléfica da traficância e autoriza por si só o acautelamento preventivo. Precedentes.

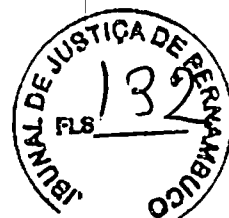
II - A simples alegação de que os pacientes gozam de condições pessoais favoráveis não assegura a liberdade provisória quando presentes circunstâncias que justificam a segregação cautelar.

III – Conjugando-se os dispositivos legais ínsitos na Lei nº 11.343/2006, que passou a regular a instrução criminal nos feitos relativos à prática ilícita de entorpecentes, não se há falar, ao menos neste momento processual, em excesso de prazo.

IV - Ordem denegada, determinando, todavia, que seja expedido ofício ao Juízo da 1ª Vara Criminal Comarca de Jaboatão dos Guararapes para que designe audiência de instrução e julgamento para data mais próxima. Decisão unânime.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**



**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0312978-0, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado**  
**Relator Substituto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

**HABEAS CORPUS Nº 0312978-0**

**PROCESSO DE 1º GRAU Nº 012092-06.2013.8.17.0810**

**COMARCA** : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Júlio Montini Júnior  
**PACIENTES** : Sivanildo Alves da Silva e Odair Moreira da Silva  
**PROCURADORA** : Dra. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
**RELATOR** : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz  
**SUBSTITUTO** : Convocado

**RELATÓRIO**

---

O advogado **Júlio Montini Júnior** impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus* liberatório em favor de **Sivanildo Alves da Silva e Odair Moreira da Silva**, sob a alegação de que os ora pacientes vêm sofrendo constrangimento ilegal em razão da falta de fundamentação da decisão que converteu a prisão em flagrante delito deles ocorrida em 18 de abril do corrente ano em preventiva nos autos do processo-crime nº **012092-06.2013.8.17.0810**, a que respondem perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, neste estado, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 c/c o artigo 40, inciso V, e 35, todos da Lei nº 11.343/2006, bem como em razão do excesso de prazo verificado para o encerramento da instrução criminal.

A inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 25/100.

À fl. 107, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade coatora, que as prestou à fl. 115.

Instada a se manifestar, a d.ª Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Eleonora de Souza Luna, ofereceu parecer (fls. 125/127) opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 25 de setembro de 2013.

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado**  
**Relator Substituto**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**

**HABEAS CORPUS Nº 0312978-0**

**PROCESSO DE 1º GRAU Nº 012092-06.2013.8.17.0810**

**COMARCA** : Jaboatão dos Guararapes – 1ª Vara Criminal  
**IMPETRANTE** : Júlio Montini Júnior  
**PACIENTES** : Sivanildo Alves da Silva e Odair Moreira da Silva  
**PROCURADORA** : Dra. Eleonora de Souza Luna  
**RELATORA** : Des. Alderita Ramos de Oliveira  
**RELATOR** : Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz  
**SUBSTITUTO** : Convocado

**VOTO**

---

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório em que o impetrante alega que os pacientes vêm sofrendo constrangimento ilegal em razão da falta de fundamentação da decisão que converteu a prisão em flagrante delito deles ocorrida em 18 de abril do corrente ano em preventiva nos autos do processo-crime nº **012092-06.2013.8.17.0810**, a que respondem perante a 1ª Vara Criminal da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, neste estado, pela suposta prática dos crimes previstos nos artigos 33 c/c o artigo 40, inciso V, e 35, todos da Lei nº 11.343/2006, bem como em razão do excesso de prazo verificado para o encerramento da instrução criminal.

Os pacientes respondem ao processo-crime em referência juntamente com **Cícero Thiago Cavalcante e Wellington Francisco do Carmo**, todos pela suposta prática dos crimes de tráfico, com aplicação do art. 40, inciso V (tráfico entre estados da Federação), da Lei de Drogas, e associação para o tráfico, em razão da apreensão de 545kg (quinhentos e quarenta e cinco quilos) de maconha em poder deles no dia 18 de abril do corrente ano, conforme se vê da denúncia acostada aos autos às fls. 45/48 e do auto de apresentação e apreensão de fls. 73/74.

A partir da leitura da decisão colacionada aos autos às fls. 99/100, constata-se que a magistrada processante ao homologar a prisão em flagrante delito dos pacientes e convertê-la em preventiva se respaldou na garantia da ordem pública, verificando assentes os elementos previstos nos artigos 311, 312 e 313, todos do Código Penal.

Ainda que sucinta a decisão ora combatida, mostra-se patente a necessidade de garantia da ordem pública, tal como registrado pela togada monocrática, notadamente em razão da elevada quantidade de droga apreendida em poder dos pacientes, circunstância esta que demonstra, à toda evidência, a dedicação deles à atividade ilícita e maléfica da traficância, o que, por si só, autoriza



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**



o acautelamento preventivo, conforme entendimento sedimentado do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

**"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. PRECEDENTES.**

**1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do recorrente no tráfico de entorpecentes, diante da quantidade de drogas apreendida em poder do grupo, 22 kg de crack, além da forma organizada em que, em conjunto com os corréus, executou a empreitada criminoso, o que evidencia a dedicação aos delitos da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública. 2. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento. (RHC 39.508/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 03/09/2013, DJe 06/09/2013)"**

Aliado a isso, não se pode desprezar o modo de acondicionamento da droga (545kg de maconha acondicionados em tabletes) e a apreensão também de vários aparelhos celulares, o que evidencia o vínculo associativo dos pacientes e demais denunciados.

Desse modo, a prisão preventiva dos pacientes, muito ao revés do alegado pelo impetrante, encontra-se satisfatoriamente justificada com base em dados concretos que demonstram a presença do *periculum libertatis* e a necessidade de garantia da ordem pública.

De outra parte, imperioso destacar que a simples alegação de que os pacientes gozam de condições pessoais favoráveis não assegura a liberdade provisória quando presentes circunstâncias que justificam a segregação cautelar.

Por fim, no tocante ao alegado excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, vejamos o que noticiou o magistrado processante ao prestar informações (fl. 115):

**"(...) A denúncia foi oferecida em 03/06/2013, sendo recebida em 11/06/2013. O acusado Wellington Francisco do Carmo apresentou sua defesa preliminar em 15/07/2013, os pacientes Odair Moreira da Silva e Sivanildo Alves da Silva, e o acusado Cícero Thiago Cavalcante, apresentaram suas respostas em 22/07/2013. Em 29/07/2013, a juíza em exercício cumulativo designou como data para a audiência de instrução e julgamento o dia 15/01/2014, às 10h00. Trata-se de feito complexo, com quatro acusados e três advogados distintos, além de se tratar de uma enorme quantidade de droga apreendida. (...)"**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Terceira Câmara Criminal**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**



Constato que, ao menos neste momento processual, não se verifica o excesso de prazo alardeado.

É que, conjugando-se os dispositivos legais ínsitos na Lei nº 11.343/2006, que regula a instrução criminal nos feitos relativos à prática ilícita de entorpecentes, chega-se à conclusão de que o prazo máximo para a formação da culpa, em face do referido diploma legal, **em se tratando de réu preso**, poderá ser de até **195 (cento e noventa e cinco) dias**, sem a caracterização de constrangimento ilegal por excesso de prazo.

É o caso dos autos.

De outra parte, muito embora, como já dito, não exista no presente momento processual excesso de prazo, verifico que a audiência de instrução e julgamento se encontra agendada somente para janeiro de 2014, conforme se vê das informações supra transcritas.

Desse modo, considerando necessário no presente feito o início dos atos instrutórios, determino que a autoridade apontada coatora designe data mais próxima para a realização de audiência de instrução e julgamento.

Isto posto, em consonância com o posicionamento ministerial, **DENEGO a ordem**, determinando, todavia, que seja expedido ofício ao Juízo da 1ª Vara Criminal Comarca de Jaboatão dos Guararapes para que designe audiência de instrução e julgamento para data mais próxima.

É como voto.

Recife, 25 de setembro de 2013.

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida – Juiz Convocado**  
**Relator Substituto**